



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DALILA TALITA ALVES RIBEIRO

**A TRANSMISSÃO E MANUTENÇÃO DE PODER DA FAMÍLIA HENRIQUE
NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO, NO CARIRI PARAIBANO**

SUMÉ - PB

2024

DALILA TALITA ALVES RIBEIRO

**A TRANSMISSÃO E MANUTENÇÃO DE PODER DA FAMÍLIA HENRIQUE
NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO, NO CARIRI PARAIBANO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.

SUMÉ - PB

2024



R484t Ribeiro, Dalila Talita Alves.

A transmissão e manutenção do poder na Família Henrique no município de Monteiro, Cariri Paraibano. / Dalila Talita Alves Ribeiro. - 2024.

47 f.

Orientador: Professor Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Família Henrique - Monteiro - PB. 2. Patrimonialismo. 3. Transmissão de poder. 4. Poder político. 5. Família política. 6. Cariri Paraibano - família política. 7. Monteiro - PB - Família Henrique I. Pasquarelli, Bruno Vicente Lippe. II Título.

CDU: 32(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

DALILA TALITA ALVES RIBEIRO

**A TRANSMISSÃO E MANUTENÇÃO DE PODER DA FAMÍLIA HENRIQUE
NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO, NO CARIRI PARAIBANO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.
Orientador - UACIS/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Bruno Ferreira Freire Andrade Lira.
Examinador Externo - GEPECS/UPE**

**Professor Dr. Hiago Trindade de Lira Silva.
Examinador Interno - UACIS/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 04 de novembro de 2024.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Ao final de uma longa jornada acadêmica não poderia deixar de externar todo meu agradecimento a todas as pessoas envolvidas direta e indiretamente na realização desse trabalho.

Para começar agradeço a Deus pelo dom da vida, por não desamparar-me em nenhum momento, mesmo nos dias nublados em que pensei em desistir sua presença me fez reacender a esperança e a certeza que a tempestade logo findaria.

Não poderia deixar de agradecer a minha família que é, e sempre foi, meu pilar de apoio. Ana Alves (in memoriam) fostes para mim o maior exemplo de força, perseverança e fé, não tem palavras que possa expressar o tamanho da gratidão e orgulho que sinto por tudo que representastes aqui na terra, sei que estais junto do pai zelando por mim. A meu pai Raimundo (in memoriam) agradeço todos os momentos em que foi exemplo de honestidade e resiliência que sempre vou levar comigo. Aos meus irmãos Maria José, José Neto e Maria da Conceição quero expressar meus sinceros agradecimentos por todo apoio e carinho que sempre me dedicaram.

Meus filhos Pedro Lucas e Maysa Letícia saibam que sempre serão o meu refúgio e de onde retiro toda força para continuar em buscar de um futuro melhor, obrigado por todas as palavras de apoio e por toda compreensão. Aos meus tios Maria Helena, Paulo, primos(as) e sobrinhos(as) gostaria de expressar minha gratidão por toda palavra de carinho e apoio que sempre demonstram.

Camalaú a cidade que me acolheu e onde encontrei o sentido da expressão “irmãos do peito” meus amigos agradeço a Deus por ter colocado vocês no meu caminho, sem o apoio e o amor de vocês eu nunca teria conseguido, não vou citar nomes para não esquecer de ninguém, mas saibam da importância que tem na minha vida e principalmente na realização desse trabalho.

Gratidão a meu orientador, Bruno Pasquarelli por aceitar o desafio de orientar uma temática tão desafiadora. Gratidão pela paciência, compreensão e explicações que me ajudaram a compreender e desenvolver esse trabalho da melhor maneira possível. Apesar das agruras enfrentadas durante essa jornada, nunca duvidei da capacidade e do excelente profissional ao qual escolhi para trilhar esse grande desafio. Gratidão também a Coordenação do Curso de Ciências Sociais. E a turma 2018.1, ao qual levo grandes amigos para além das paredes do CDSA. Que nas voltas que a vida nos proporciona, possamos todos nos encontrar novamente. Agradeço ao meu amor,

que foi de extrema importância nesse período de finalização do curso, meus sinceros agradecimentos por toda palavra de apoio e amor, saibas que és o amor da minha vida.

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre Poder Político. Como recorte, foi aprofundado o Poder Político frente a família Henrique do Município Monteiro, investigando os aspectos históricos da dessa família e a compreensão de sua influência política. A discussão centra-se, no poder político, este entendido enquanto a capacidade de influenciar e controlar as decisões governamentais e administrativas de uma determinada região. A pesquisa tem como objetivo explorar como se formam as estruturas de poder dentro dos grupos políticos no município Monteiro – PB com a finalidade de entender as configurações estruturais da família Henrique, como o poder do capital político-familiar exerce forte influência nos cenários políticos. Desse modo, determinou-se os objetivos específicos: (a) Analisar a definição, características do poder político; (b) Abordar a família Henrique frente ao poder político da região, principalmente quanto a “transmissão de poder”; (c) Expor as implicações da transmissão, manutenção ou rompimento do poder político da família Henrique no município de Monteiro – PB. Como metodologia, utilizou-se o método dedutivo, pesquisa de campo com questionário e a técnica de pesquisa bibliográfica. Sobre os questionários, um foi a entrevista com a Sra. Edna Henrique; e a segunda envolveu um questionário aplicado a 10 pessoas. Como resultado da pesquisa, constatou-se, com a análise da entrevista com Edna Henrique que a família utilizou um discurso de proximidade emocional e liderança paternalista para consolidar sua legitimidade política, enquanto a construção de alianças e a adaptação a crises pessoais foram cruciais para a continuidade de seu domínio.

Palavras-chave: Família Henrique; Patrimonialismo; Poder Político; Transmissão de Poder.

ABSTRACT

This research deals with Political Power. As a focus, the Political Power in relation to the Henrique family of the municipality of Monteiro, located 319 kilometers from João Pessoa, in the state of Paraíba, was studied in depth, investigating the historical aspects of this family and understanding its political influence. The discussion takes place in political power, the ability to influence and control governmental and administrative decisions in a given region. The research aims to explore how power structures are formed within political groups in the municipality of Monteiro - PB in order to understand the structural configurations of the Henrique family, how the power of family political capital exerts a strong influence on political scenarios. Thus, the specific objectives were determined: (a) to analyze the definition and characteristics of political power; (b) to approach the Henrique family in relation to the political power of the region, mainly regarding the "transmission of power"; (c) the implications of the transmission, maintenance or rupture of the political power of the Henrique family in the municipality of Monteiro - PB. The methodology used was the deductive method, field research with questionnaire and bibliographic research technique. Regarding the questionnaires, one was, a bibliographical research technique and two field studies: one interview with Mrs. Edna Henrique; and the second involving a questionnaire applied to 10 people. As a result of the research, it was found, with the analysis of the interview with Edna Henrique, that the family used a discourse of emotional closeness and paternalistic leadership to consolidate its political legitimacy, while the construction of alliances and adaptation to personal crises were crucial for the continuity of its dominance.

Keywords: Henrique Family; Patrimonialism; Political Power; Transmission of Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Características Arquitetônicas.....	27
Figura 2 - Histórico de candidaturas do executivo de Monteiro, Paraíba.....	32
Figura 3 - Histórico das candidaturas do legislativo do Estado da Paraíba...	33
Gráfico 1 - Relevância da família Henrique na política de Monteiro.....	40
Gráfico 2 - Influência dominante da família Henrique na política local.....	41
Gráfico 3 - Influência da família Henrique na decisão dos eleitores nas eleições locais.....	42

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PE – Pernambuco

PB – Paraíba

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	PODER POLÍTICO NO ÂMBITO FAMILIAR.....	14
2.1	A DEFINIÇÃO DE PODER POLÍTICO, TRANSMISSÃO E MANUTENÇÃO.....	14
2.1.1	Bobbio.....	17
2.1.2	Nicolau Maquiavel.....	18
2.1.3	Max Weber.....	19
2.2	O PODER POLÍTICO NO CONTEXTO FAMILIAR.....	21
2.3	PATRIMONIALISMO.....	22
3	O MUNICÍPIO DE MONTEIRO – PB E A POLÍTICA NA REGIÃO.....	26
3.1	UM CONTEXTO GERAL E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO NA PARAÍBA.....	26
3.2	OS ASPECTOS GERAIS SOBRE A POLÍTICA NO MUNICÍPIO.....	28
4	AS IMPLICAÇÕES DA TRANSMISSÃO, MANUTENÇÃO OU ROMPIMENTO DO PODER POLÍTICO DA FAMÍLIA HENRIQUE NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO – PB.....	34
4.1	ENTREVISTA COM A SRA. EDNA HENRIQUE E UMA DISCUSSÃO DAS IMPLICAÇÕES DA TRANSMISSÃO, MANUTENÇÃO OU ROMPIMENTO DO PODER POLÍTICO.....	34
4.2	UMA ANÁLISE DA TRANSMISSÃO E MANUTENÇÃO DE PODER DA FAMÍLIA HENRIQUE NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO – PB.....	37
4.3	QUESTIONÁRIO.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa visa explorar sobre o Poder Político. A partir dessa temática, a título de deixar a pesquisa mais específica, o recorte se dá em aprofundar o estudo do Poder Político frente a família Henrique do Município Monteiro, que fica a 319 quilômetros de João Pessoa, localizado na Microrregião do Cariri Ocidental ao sul do Estado da Paraíba. Nesse sentido, pretende-se investigar os aspectos históricos da dessa família e compreender sua influência política.

Com relação ao poder político em um contexto familiar, diz respeito a capacidade de influenciar e controlar as decisões governamentais e administrativas de uma determinada região. Em 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) estimou um número populacional de 33.638 habitantes naquele território, cidade de Monteiro na Paraíba.

Há de ressaltar que, historicamente, os grupos políticos que se perpetuam no poder nos municípios paraibanos são vinculados a estruturas familiares tradicionais, que ascendem ao poder por via do seu acúmulo de capitais econômico, cultural e social ou por vínculos históricos de quadros de dominação em determinado território, ou seja, forças tradicionais que chegaram ao poder por práticas clientelistas e de um tipo de padrão eleitoral conforme sinaliza Monteiro (2016).

Isso acontece pois, a princípio, o casamento foi o principal meio utilizado pelas famílias para consolidarem uma rede. E a partir de meados do século XIX, outro mecanismo surgiu: os partidos políticos e, a partir daí, o casamento passou a ter importância maior nas estratégias sociais dos grupos de famílias como resposta às condições de mudança no contexto econômico, social e político. Em outras palavras, passou a união matrimonial entre as famílias que viabilizava, por exemplo, a criação de partidos políticos, como é o caso dos Chacon, Souza Rangel e os Carneiro da Cunha, que fundaram o Partido Conservador na Paraíba em 1837 (Monteiro, 2026).

Essas práticas políticas fazem parte de heranças do sistema patriarcalista e do coronelismo do período de formação colonial brasileira e são expressas nos dias atuais a partir de ações políticas movidas por interesses pessoais do líder, que privilegia determinado indivíduo, em troca do seu voto, fidelidade e apoio material que dá vantagens ao grupo político no campo de concorrência eleitoral, é, por tanto, uma aliança

de benefício mútuo. E na Paraíba essa é uma característica comum dos quadros políticos, fazendo com que essas famílias monopolizem o poder e reproduzam suas formas de dominação política por gerações, instituindo-se como uma força política tradicional do município (Monteiro, 2016).

À vista disso, a presente pesquisa determina investigar como problema de pesquisa as implicações sociais em razão de um exercício político fortemente influenciado pelas famílias tradicionais da região ao longo de 20 anos, mantendo posições de poder e influência política. Assim, tem-se como pergunta norteadora do trabalho: como se dá a transmissão, manutenção ou rompimento do poder político da família Henrique no município de Monteiro (PB)? E quais são suas implicações?

A pesquisa tem como objetivo principal compreender como se formam as estruturas de poder dentro dos grupos políticos no município Monteiro – PB com a finalidade de entender as configurações estruturais da família Henrique, como o poder do capital político-familiar exerce forte influência nos cenários políticos. Dessa forma, os objetivos específicos são: (1) analisar a definição, características do poder político; (2) Abordar a família Henrique frente ao poder político da região de Monteiro, principalmente quanto a “transmissão de poder”; (3) as implicações da transmissão, manutenção ou rompimento do poder político da família Henrique no município de Monteiro – PB.

Este trabalho será elaborado utilizando o método dedutivo, no qual consiste em “estabelecer uma formulação geral e, em seguida, buscar as partes de um fenômeno [especificando-o] de modo a sustentar a formulação geral” (Pasold, 2001, p. 103), dado que a pesquisa iniciará com aspectos gerais sobre o contexto histórico e geral da Paraíba e depois em específico do município de Monteiro, posteriormente os aspectos históricos da política, e da família Henrique. Para então aprofundar no assunto de como a família Henrique influencia a política local.

Para fundamentar a pesquisa, utilizou-se a técnica de pesquisa bibliográfica, que envolve a coleta e a análise de informações de diferentes fontes, incluindo livros de ciência política, artigos científicos sobre o poder político e o município de Monteiro, além de periódicos eletrônicos e documentos oficiais de órgãos públicos. De acordo com Pasold (2001, p. 104), essa técnica se caracteriza pela organização e uso de informações de maneira sistemática, orientadas por uma lógica investigativa.

Além disso, foram realizadas duas pesquisas de campo: a primeira consistiu

em uma entrevista com a Sra. Edna Henrique, enquanto a segunda envolveu um questionário aplicado a 10 pessoas, com o intuito de compreender a influência da família Henrique na política local. O questionário foi elaborado com três perguntas, permitindo uma análise mais aprofundada sobre o tema em questão.

Por fim, o trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro abordará a parte teórica sobre o poder político, como afeta em ambiente familiar. O segundo sobre o Município de Monteiro em si, apresentando um contexto geral sobre a região e também como é o sistema político. E no último capítulo será apresentado a entrevista realizada com a sra. Edna Henrique e uma a discussão da transmissão, manutenção ou rompimento do poder político.

2 PODER POLÍTICO NO ÂMBITO FAMILIAR

Neste capítulo serão abordadas as definições e características de poder político, em especial citando o posicionamento de Max Weber, Bobbio, entre outros. É necessário compreender o que é poder político para assim visualizar como esse conceito se enquadra no contexto da família Henrique.

Posteriormente será tratado sobre o patrimonialismo, fundamental para entender o fenômeno da transmissão e manutenção do poder em famílias que dominam politicamente uma região.

2.1 A DEFINIÇÃO DE PODER POLÍTICO, TRANSMISSÃO E MANUTENÇÃO

Nos últimos anos o tema “poder político” tem se destacado nas ciências sociais e políticas. O poder político se refere a capacidade de uma pessoa, ou de grupo de pessoas, influenciar e controlar decisões e ações dentro do contexto político. O poder político trata-se de uma força que impulsiona sociedade, moldando as políticas públicas e o comportamento social.

Todavia, antes de adentrar a seara política é necessário compreender sobre o que é o poder. Segundo Silva (2018, p. 35) o poder “se refere aos *meios* necessários para se alcançar *fins* almejados; ele se expressa na relação com a natureza – domínio do homem sobre esta – e nas relações que envolvem o gênero humano”. E nas palavras de Cantarelli (2013, p. 255) poder “Trata-se de um dos fenômenos mais difundidos na vida social; pode-se dizer que praticamente não existe uma relação social na qual não esteja presente, de alguma forma, a influência de um indivíduo ou de um grupo sobre outro indivíduo ou outro grupo”.

O exercício do poder é um processo social, em que indivíduos ou grupos têm condições de modificar ou alterar o comportamento de outros grupos ou pessoas. Esse está diretamente vinculado à cultura dos grupos sociais que determina o que tem ou não valor naquela sociedade particular. Por exemplo, se a força física é valorizada, é ela que se tornará o principal componente do poder. Em outro caso, se for a capacidade dos indivíduos em relacionar-se com a divindade, os sacerdotes terão mais valor e desse modo exercerão mais poder (Dias, 2013).

Significa que o poder é uma característica inerente a relações humanas e está em quase todas as interações sociais, não apenas na esfera política mas também em

relações que tem influência, controle e hierarquia entre as partes da relação.

As relações de poder estão espalhadas por toda a sociedade, todavia, com hierarquias que distinguem um grupo social do outro. É comum ter um poder supremo em que todos os outros são submetidos, que é o poder político. Sua legitimidade deriva de sua necessidade para estabelecer a necessária convivência social, e desse modo tolera-se em grau maior ou menor a dominação de um grupo sobre os demais (Dias, 2013).

A influência pode ser empreendida através de diversos mecanismos, como força, persuasão, negociação, autoridade formal e o controle de recursos econômicos. No mesmo sentido:

Emprega-se o termo 'política', normalmente, para designar a esfera das ações que têm relação direta ou indireta com a conquista e o exercício do poder último (supremo ou soberano) sobre uma comunidade de indivíduos em um território". Assim, o vínculo entre governantes e governados no qual se dissolve a relação política principal é uma relação típica de poder. Tanto é vivo este tema desde a Antigüidade, apresentando-se sob diversas formas, que do grego *crátos* (força, potência) e *arquia* (autoridade) nascem, com as devidas combinações, os nomes das formas de governos ainda hoje usadas: democracia, aristocracia, oligarquia, e as palavras que foram usadas para designar formas de poder político: fisiocracia, burocracia, poliarquia, etc (Cantarelli, 2013, p. 255).

Diante disso, nota-se que as relações de poder estão presente em todas as esferas da sociedade, e nem todo poder se caracteriza enquanto poder político. Tomemos como exemplo as relações de gênero. Os valores, comportamentos e práticas cotidianas tipicamente machistas expressam relações de poder que pressupõe a submissão da mulher ao homem.

Dias (2013) destaca que nenhum grupo humano pode se organizar ou se manter coeso sem um poder que estruture sua dinâmica, fornecendo direção e orientando suas ações em prol de objetivos comuns. Isso significa que, em qualquer sistema político, o poder político emerge como uma forma essencial de autoridade. Para que um grupo alcance seus objetivos coletivos, é necessário que exista uma vontade central que guie suas atividades. Essa vontade, que se encarrega de organizar e coordenar a execução das decisões do grupo é o que denominamos de poder de associação. Portanto, mesmo as associações mais simples possuem uma forma de poder que se manifesta como uma unidade, distinta da soma de seus membros individuais.

O poder de um líder político se desenvolve a partir das conexões que ele forma

com a sociedade. Isso porque a princípio, o casamento foi o principal meio utilizado pelas famílias para consolidarem uma rede. E a partir de meados do século XIX, outro mecanismo surgiu: os partidos políticos e, a partir daí o casamento passou a ter importância maior nas estratégias sociais dos grupos de famílias como resposta às condições de mudança no contexto econômico, social e político. Em outras palavras, passou a união matrimonial entre as famílias que viabilizava, por exemplo, a criação de partidos políticos, como é o caso dos Chacon, Souza Rangel e os Carneiro da Cunha, que fundaram o Partido Conservador na Paraíba em 1837 (Monteiro, 2016).

Essa é uma forma de poder institucionalizada num tipo identificado como patrimonialismo, cuja legitimidade se aproxima ao tradicionalismo, no entanto assume uma forma mais flexível, com a realidade projetada a partir das linhas demarcadas pelos interesses em jogo ao longo da história econômica, política e social. O patrimonialismo é desenvolvido como política de estado, incentiva o setor especulativo da economia voltado ao lucro fácil e à aventura e está interessado no desenvolvimento econômico sob comando político (Faoro, 2001).

Continuando a explicação sobre poder político, Maria da Conceição economista e socióloga, dedica uma parte de sua obra a esse tema. Segundo a autora, como este poder está intrinsecamente ligado à estrutura econômica das sociedades. Em outras palavras, o poder político não é um fenômeno isolado, mas está profundamente enraizado na economia e reflete as relações de dominação econômica existente entre as classes sociais (Bichir, 2022).

As principais fontes de poder são: (1) a força; e (2) a autoridade. Com relação a força, caracteriza-se como uma das principais fontes de poder, a partir do uso da ameaça e coerção física. Tradicionalmente, os Estados detêm o monopólio do uso da força, concentrando os meios de coerção física, como a polícia e as forças armadas, para garantir a ordem e impor sua vontade sobre o território (Dias, 2013).

Importante destacar que historicamente, nos primeiros grupos humanos, a força era provavelmente o único componente do poder, essencial para a sobrevivência e controle social. Mesmo em períodos como a Antiguidade e a Idade Média, a força era fundamental para a manutenção do poder (Dias, 2013).

Todavia, com o surgimento do capitalismo e o desenvolvimento das relações sociais, outras fontes de poder começaram a se integrar e equilibrar a influência da força. Isso indica que, embora a força ainda seja uma base do poder, ela agora coexiste com fatores como influência econômica, cultural e social, que também moldam

as relações de poder na sociedade contemporânea (Dias, 2013).

Agora, autoridade se refere a um direito determinado para tomar decisões e ordenar ações de outrem. É a legitimação do poder através da incorporação de conteúdo jurídico e/ou moral, isto é, normas ritualizadas nos costumes ou codificadas no direito. Essa legitimidade se baseia no consentimento durável e tendente à unanimidade entre os membros de uma sociedade ou de um grupo social (Dias, 2013).

Em vista disso, conclui-se que o poder político reflete força e autoridade e se revela como uma construção social. E que a legitimidade do poder político não é imóvel, mas sim se adapta as necessidades daquele determinado grupo. Perante esse contexto geral sobre poder político, é necessário compreender de forma mais específica o posicionamento de alguns filósofos para uma melhor análise do poder político perante a família Henrique. São eles: (a) Bobbio; (b) Nicolau Maquiavel; e (c) Max Weber.

2.1.1 Bobbio

Embora o poder político se destaque de outras formas de poder pela possibilidade de usar a força isso não significa, para Bobbio, que ele seja apenas o uso da força. O uso da força é uma condição necessária, mas não suficiente para a existência do poder político. Nem todo grupo social que tem o poder de empregar a força – até de forma contínua – exerce poder político. O que define o poder político é o direito exclusivo de utilizar a força em relação aos demais grupos em um contexto social específico. Esse fenômeno ocorre em toda sociedade organizada, na qual se busca o monopólio da posse e do uso dos meios de coação física (Dias, 2013).

O conceito de poder político, conforme abordado por Bobbio, vai além do simples uso da força física. O que caracteriza o poder político é o monopólio sobre o uso da força em um contexto social específico, de modo que apenas o Estado ou a entidade política centralizada tem legitimidade para empregar a força contra outros grupos ou indivíduos. Esse monopólio é fundamental para assegurar a coesão e a ordem dentro da sociedade, distinguindo o poder político de qualquer outra forma de autoridade ou influência que não disponha da exclusividade na aplicação de medidas coercitivas.

Sob o prisma jurídico-político, pode-se dizer que o poder político se trata do domínio, faculdade ou jurisdição que se tem para mandar ou para executar uma ação

que afeta aos demais, mesmo contra sua vontade e por meio do uso da força, caso seja necessário. O Estado, como grupo social, também se apresenta com um poder, que é o poder político. Isto significa que, na multiplicidade de poderes que se desenvolvem na sociedade, o poder político (o poder do Estado) é mais um que, no entanto, assume a coordenação e supremacia de todos os outros. Assim, o poder estatal constitui-se em centro da ação política (Dias, 2013).

Perante o exposto, conclui-se que o poder político pode ser entendido como o poder que tem como meio específico a força, constituída em monopólio do Estado tornando-o poder supremo, ou seja, o poder cuja posse identifica para toda a sociedade o grupo dominante. As pessoas que se submetem ao poder político e lhe prestam obediência em virtude da crença em sua legitimidade.

2.1.2 Nicolau Maquiavel

Nicolau Maquiavel em sua obra “O príncipe”, procurou compreender a política visando à conquista ou à manutenção do poder. Sua aproximação realista significou uma ruptura com a tradição medieval que durante séculos havia entendido a política como algo inseparável da religião e da moral. Suas reflexões deixam de basear-se em argumentos morais para girar em torno da realidade política. Para ele, a política era uma técnica a serviço do poder (Dias, 2013).

Em “O Príncipe”, oferece um estudo da dinâmica de governo, dos meios e circunstâncias que conduzem à obtenção e manutenção do poder, além de mostrar os erros que podem ser cometidos e como evitá-los. Nesta obra, defende que para se ter êxito com o poder todos os meios se justificam. No período em que Maquiavel escreve, a Itália estava dividida em diferentes reinos, ducados e repúblicas, marcada por profundas rivalidades e corrupção. Neste contexto, considera que a debilidade italiana só podia ser superada através do Estado, e ao observar a unidade existente em outros países justifica a monarquia absoluta como a única forma possível de a Itália superar sua condição (Dias, 2013).

É possível notar que Maquiavel analisa como o poder é conquistado, mantido e os desafios enfrentados na liderança, além dos erros comuns que um governante deve evitar. Observando a estabilidade em países unificados sob monarquias absolutas, ele defende essa forma de governo como o caminho mais eficaz para a Itália alcançar a unidade e superar sua fragmentação política e social.

O problema abordado por Maquiavel não é legitimar o poder, mas mantê-lo baseando-se na força e na astúcia, já que estes são os únicos elementos capazes de explicar a queda de impérios e governos. Dessa forma, Maquiavel pretendia ensinar quais são os mecanismos de governo, como se pode consolidar e fortalecer o Estado e que erros levam à decadência e à ruína dos governantes. Para Maquiavel, a força é o único meio para incrementar e manter o poder. Pois, afirma ele, “a natureza dos povos varia, sendo fácil convencê-los de uma coisa, mas difícil firmá-los nessa convicção. É conveniente, portanto, providenciar para que, quando não mais acreditarem, possa fazê-los crer pela força” (Dias, 2013, p. 37).

2.1.3 Max Weber

Max Weber, um dos principais teóricos da sociologia moderna. Weber define o poder como a capacidade de impor a própria vontade sobre outros, mesmo diante de resistências, e destaca que o poder político se diferencia por envolver a coerção e a obediência institucionalizada. Sua análise se concentra em três tipos de dominação — tradicional, burocrático-legal e carismática — que representam diferentes formas de legitimação do poder.

Importante pontuar que para Weber, o poder político é a capacidade de impor a própria vontade sobre a conduta de outras pessoas, mesmo contra possíveis resistências. Diferentemente de outros conceitos de poder, o político abrange a possibilidade de coerção e obediência institucionalizada. Em seu ponto de vista, o poder não é apenas uma relação de força, mas uma capacidade de manter a ordem dentro de estruturas de dominação que, na maioria das vezes, são legitimadas socialmente. O Estado, para ele, é a instituição central que detém o monopólio legítimo do uso da força física dentro de um território (Bianchi, 2014).

Segundo Weber, existem três tipos de dominação: (a) tradicional; (b) burocrático-legal; (c) carismática. A característica da dominação tradicional, consiste em basear-se na santidade de tradições imemoriais, na inexistência de área de competência objetivamente válidas. A dominação tradicional pode ter um fundamento patrimonialista, quando há um senhor que protege militarmente os “servos”, quando a terra pertence ao rei ou a comunidades religiosas, ficando o Senhor na qualidade de “gerente” (Bianchi, 2014).

O regime patrimonialista, fundamento da legitimidade tradicional, é incompatível com o capitalismo industrial, no entanto, coexiste com o capital comercial ou bancário, segundo Weber. O estamento de comerciantes sempre deu apoio à estruturação de uma burocracia patrimonialista. Para Max Weber, estamos diante de uma ordenação estatal patrimonial quando o soberano organiza em forma análoga ao seu poder doméstico o poder político e, portanto, o domínio sobre os homens e as coisas (Bianchi, 2014).

Nas palavras de Dias (2013, p. 34):

Autoridade tradicional, baseada na crença, normas e tradições sagradas e a que as pessoas obedecem em virtude da tradição. Não há necessidade de legislação. A obediência à autoridade é devida à tradição e aos costumes, à vontade da pessoa. Não há a relação de capacitação com as funções a serem executadas. Legitima o poder no passado e no status herdado. A autoridade se constitui pela vassalagem dos súditos. Gera organizações administrativas e funcionais. Exemplos: rei, príncipe, padre, marido, pai etc.

A dominação patrimonial é um tipo de autoridade baseada em uma relação pessoal de reciprocidade, onde o “Senhor” tem uma obrigação moral com o “submisso” e vice-versa. Diferente da autoridade formal ou legal, essa obrigação não vem de leis escritas, mas sim de costumes e tradições (Bianchi, 2014).

Em síntese, a administração patrimonial é formada pela autoridade tradicional, que trata os negócios de governo como se fossem uma extensão de sua própria casa. Esse tipo de administração é encontrada em Estados centralizados e despóticos (Dias, 2013).

E a dominação burocrático-legal, como aquela que se atém a normas abstratas, gerais e impessoais, onde a obediência não deriva de uma relação “pessoal”, mas é devida ao “cargo”. O que importa é a ordem legal não a pessoa (Bianchi, 2014).

Autoridade burocrática ou racional-legal, é apoiada no cargo ou posição formal que aquela pessoa ocupa. É a autoridade investida no cargo que o indivíduo ocupa. Ele só tem essa autoridade enquanto estiver ocupando o cargo. Significa que o exercício da autoridade é legítimo por estar de acordo com as leis ou com as regras escritas (Dias, 2013).

Nesse caso, as leis são compreendidas como o princípio legitimador em função de sua racionalidade, independentemente do líder ou chefe que a faça cumprir. Há consenso em serem governados através de um processo legal, evitando arbitrariedades. Gera organizações burocráticas. Exemplo: juiz, delegado, funcionário público. É

o tipo de autoridade encontrada nos modernos Estados e organizações de todo tipo (Dias, 2013).

Por fim, a autoridade carismática é baseada nas qualidades pessoais do indivíduo (líder). Essa forma de autoridade surge da admiração e respeito que os seguidores têm por características como santidade, heroísmo ou um comportamento exemplar do líder. As pessoas obedecem a esse líder por causa do seu carisma, que pode se manifestar em sabedoria notável, força, inspiração ou virtudes admiradas (Dias, 2013).

Diante do exposto, nota-se que Max Weber aborda algumas modalidades de dominação política. A dominação tradicional, embora ancorada em costumes e tradições, enfrenta desafios no contexto do capitalismo moderno, enquanto a dominação burocrático-legal destaca a importância da racionalidade e da legitimidade jurídica na governança contemporânea.

Por outro lado, a dominação carismática ressalta a influência das qualidades pessoais dos líderes na obediência e na organização social. Essas categorias, interligadas e em constante evolução, fornecem um quadro teórico robusto para entender como a autoridade e o poder são exercidos e legitimados em diferentes contextos históricos e sociais, sendo fundamentais para a análise da política e da administração pública nos dias atuais.

2.2 O PODER POLÍTICO NO CONTEXTO FAMILIAR

No contexto familiar, os sobrenomes exerciam uma projeção da honra da família, como pré-requisitos políticos e como sinônimos de status social. Os sobrenomes serviam para fixar redes ou ramos de famílias, criando uma referência espacial. Nomes de famílias eram identificados com determinadas localidades, nas quais aquelas famílias tinham maior número de propriedades (Mariano 2010.). Na era colonial, as redes familiares monopolizavam a política, dominando os cargos eletivos e as nomeações de todo nível e se apropriavam de todos os impostos públicos locais. “Desenvolviam uma política de famílias que lhes assegurava o controle dos cargos municipais, e os cargos de coronéis, juízes de paz e chefes políticos a nível local” (Mariano, 2010 p.7). No entanto, há de observar que em algumas regiões essa “cultura” se estende até os dias de hoje, como será aprofundado na próxima seção.

Nessa mesma linha:

A configuração do contrato ou pacto só pode resultar numa transferência mútua de direitos: em troca da paz e da segurança os homens concordam em abdicar de seu direito natural e de sua liberdade desde que todos os demais também o façam. Mas a garantia do cumprimento do contrato não pode estar à deriva da confiança dos homens uns nos outros, pois a menor suspeita do não cumprimento por parte de alguns anularia o pacto firmado. A solução para o impasse seria estabelecer um poder comum, situado acima dos contratantes, com direito e força para impor o cumprimento do contrato. Na condição de simples natureza, no qual os homens são iguais, o primeiro que aderisse ao contrato sem a garantia de que os demais o fizessem estaria se colocando em risco, sendo assim, o Estado civil seria a solução mais acertada para o impasse (Ferrari *et al.*, 2019).

Segundo a teoria de Hobbes, ocorre o poder familiar quando há um “contrato social”. No contexto do trabalho, pode ser analisado que existe esse contrato social de forma implícita entre a família Henrique e a população de Monteiro. Isso porque Hobbes, o poder é necessário para evitar o caos e garantir a segurança e a ordem.

Da mesma forma, uma família dominante pode se apresentar como uma força estabilizadora no município, convencendo a população de que sua continuidade no poder é essencial para o bem-estar coletivo. Esse contrato, embora informal, é sustentado pela troca de favores, o apoio a projetos comunitários e a proteção contra instabilidades políticas, criando um ciclo de lealdade entre a família e os eleitores (Ferrari *et al.*, 2019).

Por fim, a transmissão e manutenção de poder são processos interligados que permitem a continuidade do domínio de uma entidade ou grupo sobre um determinado espaço político ou social. No contexto de dinastias políticas locais, como a da família Henrique em Monteiro – PB, esses processos envolvem uma série de mecanismos estratégicos, culturais e institucionais que garantem o controle político e a influência contínua ao longo de gerações (Comparato; Filho, 2013).

É possível perceber que as teorias de Weber se enquadram no contexto de poder político familiar, principalmente a dominação tradicional onde a legitimidade do poder é apoiada em costumes e tradições, se reflete claramente nas estruturas familiares que monopolizavam a política durante o passar dos anos.

2.3 PATRIMONIALISMO

Abordar o patrimonialismo é de suma importância para a compreensão das relações de poder em diversos contextos históricos e políticos. A palavra “patrimônio”

refere-se à herança ou posse familiar, mas, no campo das ciências sociais e políticas, o termo adquire um significado mais amplo, descrevendo a mistura entre interesses públicos e privados nas estruturas de poder (Campante, 2003).

O termo "patrimonialismo" foi popularizado pelo sociólogo alemão Max Weber, que o definiu como uma forma de dominação em que o poder político se confunde com o poder pessoal do governante. Ou seja, nesse modelo não há uma distinção clara entre a esfera pública e a privada, e o Estado é gerido como uma extensão da propriedade pessoal do governante. Desse modo, o poder estatal é administrado como parte do patrimônio privado, sendo controlado de maneira arbitrária e autoritária (Campante, 2003).

Weber (1999, p. 171) afirma que a questão da legitimidade da dominação deve ser tratada de maneira formal:

A 'legitimidade' de uma dominação deve ser considerada só como uma probabilidade (...) Não costuma ocorrer que a obediência a uma dominação esteja orientada primariamente pela crença em sua legitimidade. A adesão pode ser fingida por indivíduos e grupos inteiros, por razões de conveniência, pode se dar na prática por interesses materiais, ou pode ser aceita como algo irremediável em virtude de debilidades próprias. Isto não é decisivo para a classificação de uma dominação. Sua própria pretensão de legitimidade, por sua índole, lhe valida em grau relevante, consolida sua existência e co-determina a natureza do meio de dominação. (...) A 'obediência' significa que a ação do obediente transcorre 'como se' o conteúdo do mandato fosse convertido em máxima de conduta (...) isso unicamente em termos da relação formal de obediência, sem levar em conta as opiniões próprias sobre o valor ou desvalor do mandato como tal.

No patrimonialismo, o governante, ou grupo dominante, usa os recursos públicos como se fossem seus próprios bens, distribuindo privilégios, cargos e benefícios a seus aliados e familiares, muitas vezes sem qualquer critério de mérito ou competência. Isso gera um ambiente de corrupção e clientelismo, com o enfraquecimento das instituições públicas e a concentração de poder em mãos privadas (Campante, 2003).

Complementando essa explicação:

Patrimonialismo é a substantivação de um termo de origem adjetiva: patrimonial, que qualifica e define um tipo específico de dominação. Sendo a dominação um tipo específico de poder, representado por uma vontade do dominador que faz com que os dominados ajam, em grau socialmente relevante, como se eles próprios fossem portadores de tal vontade, o que importa, para Weber, mais que a obediência real, é o sentido e o grau de sua aceitação como norma válida – tanto pelos dominadores, que afirmam e acreditam ter

autoridade para o mando, quanto pelos dominados, que crêem nessa autoridade e interiorizam seu dever de obediência (Campante, 2003, p. 155).

Em síntese, segundo o patrimonialismo não há separação do Estado e pessoa privada, dos interesses do detentor de poder se tornam parte de seu governo. Weber explica que uma das principais bases de sustentação do poder está no patrimônio, o qual se mantém vinculado a benefícios e fragmentos de poder perante o Estado.

Este comportamento é uma forma de administração que pode ser observada desde o Brasil Colônia, quando o país era de domínio dos portugueses. “Perpetrou-se também após a independência e durante grande parte dos governos republicanos no país. Nas palavras de Bresser Pereira, na história política brasileira o nepotismo e o empreguismo, senão a corrupção, eram norma” (apud Santin; Nascimento, 2019).

Assim, quando se trata das relações de poder é importante compreender sobre o patrimonialismo, essa mistura entre o público e o privado, característica fundamental desse sistema, reflete uma estrutura de dominação na qual o poder político é utilizado como extensão do patrimônio pessoal do governante (Ribeiro, 2010).

No Brasil, a evolução e a importância das tradições influenciaram no pensamento político. O Campante (2020) destaca Euclides da Cunha e Manoel Bomfim a Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, como figuras importantes que, situadas em diferentes perspectivas teóricas, contribuíram para a formação do pensamento político no Brasil. Esses autores fazem abordagens distintas sobre a sociedade, cultura e política brasileira que moldou a política no país.

Pode ser citado, por exemplo, a expressão “grande arca semântica”, no qual se trata de um conjunto de valores, diagnósticos e soluções que emergem das obras desses pensadores. Essas linguagens políticas são fundamentais na luta pelo poder, seja para sua concentração ou para a democratização.

O Campante (2020) também explica que desde meados de 2005, durante o governo Lula, o patrimonialismo tornou-se foco de discussões sobre a legitimidade do poder por várias razões, como: a distribuição de benefícios a grupos específicos em troca de apoio político, uma prática que se alinha com o patrimonialismo.

A face do exposto nota-se que o patrimonialismo está nas relações entre poder político e os interesses privados, configurando assim uma forma de dominação, cenário em que o Estado é visto como propriedade daquele governante. No cenário brasileiro, o patrimonialismo está enraizado na história política do país, desde o período colonial até grande parte da era republicana. A prática de conceder

cargos públicos e favores com base em relações pessoais e interesses privados, em vez de mérito ou competência, enfraquece as instituições públicas e gera uma administração estatal ineficiente (Ribeiro, 2010).

Diante disso, o patrimonialismo é um modelo de dominação que, ao confundir o público e o privado, cria um sistema de poder pessoalizado e centralizado. Sua influência histórica no Brasil demonstra como essa forma de organização política, iniciada no período colonial, continuou a moldar a política nacional durante grande parte da era republicana (Ribeiro, 2010).

3 O MUNICÍPIO DE MONTEIRO – PB E A POLÍTICA NA REGIÃO

3.1 UM CONTEXTO GERAL E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO NA PARAÍBA

Inicialmente, o município de Monteiro era uma área de fazendeiros e criadores de gado. Foi no final do século XVIII, que algumas famílias se estabeleceram no local, e em 1800, Manoel Monteiro do Nascimento desmembrou uma área de sua fazenda, chamada Lagoa do Periperi, para construir uma capela consagrada a Nossa Senhora das Dores, distante 300 metros da margem do Rio Paraíba (Prefeitura de Monteiro, 2024).

Segundo a Revista Vitriani do Cariri (2005) Monteiro foi construída às margens do Rio Paraíba, depois da construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora das Dores. A beleza atraiu habitantes e, em pouco tempo, o povoado cresceu, e em 1840, deixou de ser Lagoa do Periperi e passou a se chamar Povoação da Lagoa (havia apenas duas casas de telha na época). Pouco tempo depois, em homenagem ao seu fundador, o povoado recebeu o nome de Alagoa do Monteiro.

Em meados do século XIX, a região ganhou destaque e se tornou o produtor e exportador de algodão mais importante. Isso porque o local tinha a seu favor uma posição geográfica privilegiada por ser rota de passagem de quem se dirigia ao Recife vindo do sertão paraibano ou pernambucano, algo que auxiliou diretamente o surgimento de grandes fazendas de algodão em toda sua extensão (Domingos *et al.*, 2018).

A posição geográfica contribuiu decisivamente para que o município se desenvolvesse economicamente, uma vez que a produção algodoeira não só paraibana, mas também do Ceará e Pernambuco transitava por lá, seja em direção a Campina Grande, seja ao Recife (Domingos *et al.*, 2018).

O município também foi reconhecido pelas suas expressões culturais, através dos poetas Jansen Filho, Pinto Monteiro, bem como pelos eventos de dança e músicas. Atualmente Monteiro apresenta diversos patrimônios culturais, que abrange tanto os aspectos naturais, arquitetônicos, arqueológicos e imateriais (Rafael, 2011).

Nesse sentido, Campos (*et al.*, 2015, p. 32) traz que:

Cultura é um processo de adaptação ao meio ambiente imaginado e controlado pelo Homem, mais célere e flexível do que a adaptação genética, e que também possui a vantagem de ser facilmente transmissível. A noção de patrimônio surge quando o indivíduo ou grupo de indivíduos reconhece como seu um objeto ou grupo de objetos. Essa concepção traz embutida a ideia de apropriação pelos indivíduos, e sugere que ele possui valor, apreço individual ou social atribuído aos bens de uma circunstância histórica e segundo o quadro de referências e representações. Portanto, o patrimônio cultural é uma construção social (constructo), que depende daquilo que um determinado grupo humano, em dado momento, considera digno de ser legado às gerações futuras.

Com relação a cultura arquitetônica, o Centro Histórico de Monteiro se destaca, uma vez que é caracterizado por largas avenidas e calçadas, e as casas e os edifícios também chamam a atenção pelas características arquitetônicas.

Figura 1 – Características Arquitetônicas



Fonte: Rafael, 2011.

Logo, o distrito de Alagoa do Monteiro foi criado pela Lei Provincial nº. 194, de 4 de setembro de 1865. A cidade foi sendo erguida à margem do Rio Paraíba, que nasce na Serra do Jabitacá, a 24 quilômetros da cidade. Tornou-se município por meio da Lei nº 457, de 28 de junho de 1872, com território desmembrado de São João do Cariri (Prefeitura de Monteiro, 2024).

Atualmente, o Município de Monteiro fica a 319 quilômetros de João Pessoa,

está localizado na Microrregião do Cariri Ocidental ao sul do Estado da Paraíba. Limita-se ao Norte com o município de Prata (PB); Oeste, com Sertânia, Iguaraci e Tuparetama (PE); ao Sul, com São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê (PB); e, ao Leste, com Camalaú e Sumé (PB) (Prefeitura de Monteiro, 2024).

Perante o exposto, é possível notar que o município de Monteiro, na Paraíba, revela a importância de sua formação socioeconômica e cultural ao longo dos séculos. Bem como, resta claro que a cultura sempre foi um elemento importante na formação da identidade local, afetando diretamente a preservação dos patrimônios arquitetônicos e imateriais de Monteiro.

Há de ressaltar que a trajetória histórica de Monteiro apresenta um processo de desenvolvimento que, inicialmente ligado à agropecuária, evoluiu para um importante polo cultural e econômico na Paraíba. E Monteiro se destaca por sua rica herança cultural, expressa tanto em seus artistas e poetas quanto na preservação de seus patrimônios arquitetônicos e históricos. A partir desse contexto, na próxima seção será apresentado um panorama da parte política do Município.

3.2 OS ASPECTOS GERAIS SOBRE A POLÍTICA NO MUNICÍPIO

No tocante a política, inicialmente a Alagoa do Monteiro possui durante muito tempo como chefe político o tenente-coronel da Guarda Nacional João Santa Cruz Oliveira, que, emigrando de Alagoas para Monteiro na segunda metade do século XIX, tornou-se proprietário de várias fazendas no município, assim como deputado provincial pelo Partido Liberal de 1884 a 1885 (Mello, 2002).

Nessa linha:

Na Paraíba, as acirradas disputas político-eleitorais, o monopólio dos meios de produção, a dominação pessoal exercida pelos 'coronéis' sobre os trabalhadores, a política clientelista e o controle da máquina estatal concentraram o poder nas mãos de cerca de três dúzias de famílias distribuídas por vários municípios, tais como os Dantas – em Teixeira, os Suassuna – em Catolé do Rocha, os Cunha Lima – em Areia, os Pessoa – em Umbuzeiro e os Sátiro – em Patos. [...] os grupos dominantes locais se compõem e recompõem, preservando, assim o seu poder, embora subordinados e a nível nacional e ao predomínio das oligarquias do Sudeste (Gurjão, 1999, p. 56-57).

De forma geral, a Primeira República nos anos de 1889 até 1930, a política de Monteiro foi dominada por coronéis e grandes proprietários de terra, que controlavam a política local através de práticas clientelistas e de um sistema eleitoral excludente.

Com a morte de João Santa Cruz em 1895, seus bens imóveis foram herdadas pelos filhos Miguel, deputado, Artur, Augusto, Teotônio e Francisca, tendo Augusto herdado, além das fazendas Jerimum e Areial, o comando político do município. Assim, mesmo com a transição da Monarquia para a República, o comando político em Alagoa do Monteiro permaneceu nas mãos de uma mesma família (Mello, 2002).

É necessário esclarecer que Institucionalmente, o poder político no Brasil, em inícios do século XX, era mantido nas mãos de poucos, nas mãos das oligarquias. As oligarquias começaram a se estabelecer durante o Segundo Império, no qual consiste em um sistema de governo por um pequeno grupo de pessoas, e estes detêm o controle político-econômico e social. A principal característica é a concentração de poder (Lewin, 1993).

E na região de Monteiro, o poder político concentrado levou ao fenômeno disseminado do “empreguismo” ou “nepotismo” que é caracterizado no controle de cargos e empregos públicos pelas famílias de elite. Nessa linha, o professor Bueno (2017, p. 310) elucida:

A oligarquia no poder não hesita em sofisticar o discurso, e a cada uma das crises que se sucedem é necessário apontar para um cenário ainda mais radicalmente desesperançador, a fim de que seja possível dar alguns passos para trás com a aquiescência coletiva. Esses passos acordados com os trabalhadores permitirão que durante alguns anos todas as lutas sejam desenvolvidas no sentido de recuperar o território dos direitos perdidos, até que, uma vez mais, outra crise sobrevenha e o discurso apocalíptico, ainda mais sofisticado, ganhe as ruas pelo impacto causado pelas mídias e, uma vez mais, os direitos serão afetados.

Os partidos políticos trouxe essas famílias influentes para a área pública municipal, transformando “clãs familiares” em “clãs eleitorais”. No que diz respeito a política atual de Monteiro, essa parte histórica é fundamental, pois foi quando passou a articular o poder público e privado (Lewin, 1993).

Importante ressaltar que a instauração da cidadania, civil e política, no Brasil é a Revolução política burguesa em 1888, com a abolição da escravidão, e 1891, com a proclamação da Constituição republicana, que modificou o sistema jurídico, instaurando a forma-sujeito de direito em sua versão elementar (Saes, 2001).

Em 1889, com a Proclamação da República, o Brasil teve uma grande mudança na política, a República apresentou uma nova estrutura para a área política. Todavia, as oligarquias regionais continuaram a exercer uma grande influência. Foi em 1930, com a Revolução liderada por Getúlio Vargas que teve o fim da Primeira República e

essas influências regionais começaram a ser modificadas, uma vez que a política local passou a ser diversificada com a inclusão de novos partidos políticos (Saes, 2001).

Nesse mesmo contexto, Saes (2001, p. 22) esclarece:

Após a revolução de 1930, nem as antigas classes dominantes tinham força política suficiente para preservar integralmente a antiga democracia “oligárquica” (devendo por isso submeter-se taticamente ao reformismo liberal de parte da classe média); nem a burguesia industrial tinha força política suficiente para se opor à representação de classe, firmemente defendida pelo movimento tenentista por meio de órgãos políticos, como o Clube 3 de Outubro.

Complementando essas mudanças na esfera política, Santos (2020, p. 204) indica que:

A partir de 1932, ocorreram importantes mudanças na estrutura partidária do Rio Grande do Sul. Em novembro daquele ano, o interventor federal no estado, general José Antônio Flores da Cunha, com o respaldo de Getúlio Vargas e apoio de Oswaldo Aranha, funda o Partido Republicano Liberal (PRL). Em sua plataforma, a sustentação do governo Vargas e do governante gaúcho. Naquela conjuntura, o PRR e o PL assumiram uma postura de oposição ao presidente.

É possível notar que a Revolução de 1930 é um marco importante na história da Paraíba, dado que a liderança da Paraíba foi para frente a partir do momento em que João Pessoa recusou aceitar a candidatura de Júlio Prestes à presidência da república. Além disso, há de ressaltar que uma característica fundamental para a candidatura era o cumprimento de estudo em ensino superior (Neto; Santos 2024).

Sobre os estudos, Oliveira (1980, p. 40) tece apontamentos interessantes, sobretudo ao ressaltar que:

A crítica ao bacharelismo que consolidou a “velha” elite republicana ensejou a tentativa de criação de uma grande elite composta de: [...] homens de cultura e ciência, capazes de exercer um domínio ‘natural’ sobre a massa. Aparece a ideia de ‘civilizar por cima’, encontrada tanto em autores de renovação católica, quanto nos intelectuais ligados ao movimento integralista.

Além da formação superior, a tradição das elites políticas paraibana foi muito relacionada à posse terra, a propriedade rural, como esteio da formação da classe política estadual, mesmo que tenha se estabelecido uma cultura urbana, as relações de poder ainda estão presas às tradições do mundo rural e do patrimonialismo estatal (Neto; Santos 2024).

Posteriormente aos eventos “revolucionários” de 1930, o exercício do poder

político, na Paraíba, tem um espaço bem específico, as estruturas da política estadual moldaram os campos de liderança, de modo que, a atuação política se deu por dentro da estrutura estatal e projetada em partidos políticos fortemente oligarquizados, cuja percepção não está, necessariamente, consolidada por apenas um único grupo político.

Em resumo, o contexto histórico político de Monteiro, na Paraíba, é marcado pelas transformações de um sistema dominado por oligarquias familiares em uma política mais democrática e inclusiva. A cidade tem uma rica tradição de participação política e continua a se desenvolver, refletindo as mudanças e desafios do cenário político brasileiro. Os aspectos atuais da política de Monteiro serão esclarecidos na próxima seção, uma vez que tem relação direta com a família Henrique.

Ante o exposto, resta evidente que a política na região é marcada por uma concentração de poder, que na época se tratava da elite local. Esse cenário mostra como era a realidade do Brasil durante a Primeira República, quando o controle oligárquico permeava a política local, e as práticas clientelistas e nepotistas eram comuns.

Isto é, as famílias poderosas, como os Santa Cruz, mantinham seu domínio por meio da herança de propriedades e cargos políticos, passando a liderança de geração em geração. A prática de “empreguismo” e o uso de cargos públicos para favorecer membros da elite ilustram o quanto a política local estava enraizada em tradições patrimonialistas.

Esta análise mostra como prevalece um sistema oligárquico, onde o poder esteve por muito tempo concentrado nas mãos de poucas famílias influentes, em especial a família Santa Cruz. Esse controle oligárquico foi sustentado por práticas clientelistas e pelo uso de cargos públicos para o favorecimento de membros da elite local. Apesar das transformações políticas trazidas pela Revolução de 1930 e pela modernização gradual do Brasil, Monteiro seguiu um modelo de política local enraizado em tradições rurais e patrimonialistas.

Com a família Henrique do município de Monteiro-PB não se fez diferente, o patriarca João Henrique disputou um cargo político na cidade pela primeira vez no ano de 2004.(TSE, 2023) como oposição ao grupo que estava governando a cidade, não conseguiu sucesso, mas no pleito seguinte, no ano 2008, indicou sua esposa, a Dra. Edna Henrique que se elegeu prefeita. (TSE, 2023). Com o apoio da esposa que estava na prefeitura, o patriarca lança sua candidatura nos pleitos estaduais e consegue

se eleger deputado estadual, ao mesmo tempo em que sua esposa consegue se reeleger prefeita. E nas eleições estaduais de 2014 ele consegue se reeleger deputado e lançar o filho (que após resultado renunciou).

No ano de 2016, João indica a até então nora Ana Lorena, como representante da família no pleito municipal, essa aliança matrimonial e política durou pouco tempo, nas eleições de 2018, João continua vitorioso com deputado estadual e conquista vitória com a candidatura da esposa como deputada federal.

Em janeiro de 2021 o patriarca faleceu em decorrências de complicações após ter se contaminado pela pandemia mundial de covid-19. Mesmo sem a presença física do pai, Michel Henrique lança sua candidatura a deputado estadual e consegue uma das maiores votações da Paraíba. Segundo Monteiro (2016) essas elites políticas se perpetuam no poder porque desenvolvem um patrimônio simbólico de capital político familiar que é transmitido para seus herdeiros de maneira legítima, esse recurso social está diretamente ligado às estruturas de parentesco que detém tanto capital social, quanto econômico e político.

Nas tabelas abaixo apresento alguns registros das candidaturas para as eleições do poder executivo de Monteiro-PB e do poder legislativo do estado da Paraíba. Durante cerca de aproximadamente 12 anos, a presença da família Henrique e de seus representantes permaneceram no centro do poder de Monteiro-PB.

Figura 2 – Histórico de candidaturas do executivo de Monteiro, Paraíba.

Eleições municipais 2004/2020			
Ano	Candidato	Partido/ Filiação	Situação
2004	Maria De Lourdes Aragão Cordeiro	PDT / PP / PMDB / PT / PSL / PRONA	Eleita
	João Henrique De Souza (Patriarca)	PTB / PL / PPS / PFL / PSB / PV / PRP / PSDB	Não eleito
2008	Ednacé Alves Silvestre Henrique (Esposa)	PSDB - PTB - PP - PDT - PPS - DEM - PMN	Eleita
	Doutora Lourdinha	PR - PTN - PC do B - PMDB - PRP - PSB	Não eleita
2012	Ednacé Alves Silvestre Henrique (Esposa)	PSDB	Eleita
	Juraci Conrado De Oliveira	PTB	Não eleito
2016	Anna Lorena De Farias Leite Nóbrega (Representante da Família)	PMN / DEM / PHS / PSD / PRP / PSDB / PR	Eleita
	Juraci Conrado De Oliveira	PSB / PDT / PMDB / PP / PPS / PSC / PT / PTB	Não eleito
2020	Anna Lorena De Farias Leite Nóbrega	PL	Eleita
	Micheila Silvestre Henrique De Sena (Filha)	PSDB	Não Eleita

Fonte: TSE, 2024.

Figura 3 – Histórico das candidaturas do legislativo do Estado da Paraíba.

Eleições estaduais 2010/2022			
Ano	Candidato	Partido/Filiação	Situação
2010	João Henrique De Souza (Patriarca)	DEM	Eleito Deputado Estadual
2014	João Henrique De Souza (Patriarca)	DEM	Eleito Deputado Estadual
	Michel Silvestre Henrique (Filho)	PSDB	Renuncia
2018	João Henrique De Souza (Patriarca)	PSDB	Eleito Deputado Estadual
	Ednace Alves Silvestre Henrique (Esposa)	PSDB	Eleita Deputada Federal
2022	Michel Silvestre Henrique (Filho)	Republicanos	Eleito Deputado Estadual

Fonte: TSE, 2024.

Agora, passa a ser aprofundado a definição do poder político, sua transmissão ou manutenção.

4 AS IMPLICAÇÕES DA TRANSMISSÃO, MANUTENÇÃO OU ROMPIMENTO DO PODER POLÍTICO DA FAMÍLIA HENRIQUE NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO – PB

Este capítulo tem como foco a discussão da transmissão e manutenção do poder da família Henrique no município de Monteiro, observando como toda a parte teórica de poder político, principalmente as teorias de Max Weber se aplicam nesse contexto. Para alçar essa discussão, esse capítulo foi dividido em três partes.

4.1 ENTREVISTA COM A SRA. EDNA HENRIQUE E UMA DISCUSSÃO DAS IMPLICAÇÕES DA TRANSMISSÃO, MANUTENÇÃO OU ROMPIMENTO DO PODER POLÍTICO

Para a discussão do problema de pesquisa foi realizado uma entrevista com a sra. Edna Henrique. Edna esclarece que:

Eu sou Edna Henrique. Na verdade, Edna é, como policial. Na verdade, eu sou delegada de Polícia Civil e entrei na política junto com meu esposo, João Henrique, em 2003, aqui em Monteiro. E as pessoas acho que quiseram diminuir um pouquinho o nome, que às vezes uns não acertavam, chamavam a pronuncia diferente. Aí nominaram como Edna Henrique. E assim eu fiquei conhecida na Paraíba toda politicamente como Edna Henrique.

A sra. Edna também explica que o marido entrou para a política um pouco resistente no início com a ideia. Em suas palavras:

Em 2004, ele colocou o nome dele à disposição para concorrer a prefeito, mas não alcançou o objetivo. Em 2006, ele colocou o nome à disposição como deputado e foi eleito. E daí desencadeou o meu nome aqui na cidade como prefeita. E assim eu aceitei e daí iniciou toda a nossa trajetória política. Cheguei a ter dois mandatos de prefeita, fizemos a sucessora e depois ainda João Henrique continua. São quatro legislaturas que ele teve e eu tive uma de deputada federal.

Foi perguntado se por esse motivo o filho também entrou para a política, e a resposta foi sim. Explicou que com a ausência do genitor, Michel deu continuidade na política, a partir disso foi questionada sobre os primeiros passos, a sra. Edna respondeu que:

O convite de outros políticos da oposição, que conhecendo os filhos que obtiveram sucesso na sua vida, saíram daqui para trabalhar fora e a repercussão de como vivia naquele momento, a gente estava a chamar se ele foi muito bem dentro das suas empresas, como o Henrique foi, obteve êxito, então seria um bom administrador, eu acho que deve ter sido nesse pensamento. Se administra, também as empresas irão administrar a Monteiro muito bem.

Se perguntou: “Quais as estratégias iniciais que vocês tiveram para se tornar conhecido popularmente, porque até então vocês eram mais conhecidos por um núcleo, vamos dizer político, mais popularmente falando com a população em geral?”, “Quais estratégias no começo, como ele é um filho de Monteiro, mas que tinha se afastado durante alguns anos, no seu retorno, quais estratégias foi utilizada para ele se tornar popular?”

Edna respondeu:

O Henrique era uma pessoa muito do coração, porque as pessoas, no meu olhar, não importa que as vezes cada um entra na política da forma que acha conveniente, o seu comportamento, mas o nosso foi com um sentimento muito forte, era antes de tudo o amor, e esse amor tinha que ser através de você conquistar as pessoas, você dizer de onde você veio, por que você veio e quais os seus propósitos. O Henrique sempre foi um homem muito bom, tão bom que a Paraíba toda sabe tamanho e imensurável, legado que ele deixou, de amizade, de carinho, muito mais que falar politicamente, ele deixou esse carinho e esse respeito que o povo tinha por ele e ele pelo povo. Eu acho que essa foi a maior estratégia e deve ser a maior estratégia que um político ou que um ser humano, tudo que ele quiser fazer e que ele quiser obter é êxito, é que esse êxito seja mais que positivo e que tenha marcas, marcas não só para o momento, mas para, não só para o presente, mas também para o futuro, e que também tem um passado bonito, é essa forma que o Henrique conquistou as pessoas politicamente, que nós conquistamos e que o nosso filho também até hoje está nesse propósito.

Sobre a temática do trabalho “poder” no contexto familiar, foi questionado sobre as alianças, respondeu:

Sim, é necessário que a gente tenha essas alianças, que a gente tenha essas lideranças, essas pessoas que confiam, porque antes de tudo tem que existir essa confiança, essa conquista, nós sabemos que em toda a comunidade existem seus líderes, as pessoas de confiança da comunidade, sempre pra fazer algo, pra estar ali juntinho, e a gente tem que estar junto também dessas pessoas, porque elas são as pessoas que trazem as mensagens até a gente, da população, que a gente não está diariamente ali, por isso toda essa divisão política de ter presidente, governadores, deputados, senadores, aí vem os prefeitos, os vereadores, porque eles são a corrente de estar trazendo os anseios da população, esse aí é o natural.

Quando perguntado sobre a sucessão política da família, em específico do filho, esclareceu:

Ah, de Michel, na verdade eu que deveria ir pra reeleição, pra deputada federal, só que com a ausência de João Henrique, eu estava num processo de luto muito forte, e fiquei super abalada, não tinha como fazer toda essa caminhada, tinha uma caminhada e um cuidado que eu tinha tido de trazer muitos

recursos, não seria nenhum problema, porque eu já passaria a ter vários prefeitos, várias pessoas que me apoiavam, mas aí a minha saúde mental estava muito abalada, eu não tinha como levar aquilo que eu aprendi dentro da política junto com João Henrique, que era, antes de tudo, ter um sentimento de levar e de olhar no seu olho e de te trazer paz, alegria, brilho, força, e eu não estava com todo esse sentimento, aí eu falei para o meu filho, olha, eu não tenho uma irmã, mas a senhora ganha, vai dar tudo certo, a senhora foi uma excelente deputada, vamos enfrentar, não vamos deixar o legado de pai cair, essa luta toda que ele teve com as pessoas, a confiança que hoje a Paraíba tem no nome de pai, então vamos enfrentar, aí eu falei, não, agora vai chegar a sua vez, você vai tomar a cadeira de seu pai mesmo, porque eu até nem ousaria em dizer, pegue a minha, porque a gente também não poderia ficar sem ele, que naquele momento nós estávamos numa corrente de apoio um ao outro, nós somos quatro, eu tenho quatro filhos, e era todo mundo de mãos dadas para poder passar aquele momento, aquela fase que nós estávamos, e se Michel saísse, que é o segundo filho, fosse para Brasília, e eu sei a correria de Brasília como é, então ia haver uma quebra desse elo de apoio um do outro, e achamos melhor realmente ele ficar no estado mesmo, e assim toda a nossa família concordou, nossos amigos, nossos apoiadores, e ele começou a caminhar, e as pessoas começaram a dar o sim e a apoiá-lo, então ele ficou com vários prefeitos, e graças a Deus deu certo, e ele está aí, foi uma grande revelação, graças a Deus, não só desse orgulho por ser filho, mas a Paraíba toda o tem como menino, realmente muito inteligente, intelectual, preocupado, com o mesmo foco do pai, em zelar aquilo que está nas mãos dele, que na verdade é o povo, e a gente sempre muito orgulhoso de tudo isso.

Perante o exposto, com base na parte teórica sobre poder político e também com base na entrevista realizada com a sra. Edna Henrique, é possível perceber que alguns aspectos importantes sobre transmissão e manutenção do poder da família Henrique no município de Monteiro – PB, principalmente sob o prisma interno que complementa a análise teórica previamente elaborada. A partir de suas declarações, é possível entender como a família mobiliza diversos recursos e estratégias, desde relações pessoais até o uso de redes políticas, para garantir sua continuidade no poder local.

Um dos elementos centrais na narrativa de Edna Henrique é a ênfase na afetividade e no compromisso emocional como base da liderança familiar. Ao descrever a trajetória política de seu marido, João Henrique, e a sua própria, Edna sublinha o “amor” e o “carinho” como estratégias para conquistar o apoio da população. Essa abordagem revela como a família Henrique utiliza um discurso de proximidade afetiva e de relacionamento pessoal para legitimar sua presença na política local. A afetividade é posicionada não apenas como uma qualidade pessoal, mas como um recurso político que facilita a aceitação e o apoio da comunidade, criando uma imagem de liderança paternalista e protetora.

4.2 UMA ANÁLISE DA TRANSMISSÃO E MANUTENÇÃO DE PODER DA FAMÍLIA HENRIQUE NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO – PB

Com base em toda a pesquisa realizada, ficou claro que o Município de Monteiro é uma cidade com um tamanho mediano em comparação as cidades vizinhas, no entanto, possui características comuns, uma delas é que a maior parte da sua população encontra-se entre as camadas populares, tendo que recorrer na maioria dos casos a empregos informais ou a cargos públicos vinculados a prefeitura.

Como visto, historicamente, os grupos políticos que se perpetuam no poder nos municípios paraibanos pertencem a uma classe de sujeitos que estão vinculados a estruturas familiares tradicionais, que ascendem ao poder por via do seu acúmulo de capitais econômico, cultural e social ou por vínculos históricos de quadros de dominação em determinado território, ou seja, forças tradicionais que chegaram ao poder por práticas clientelistas e de um tipo de padrão eleitoral conforme sinaliza Monteiro (2016). Essas práticas refletem a “força” como uma das principais fontes de poder, onde a coercividade e a influência direta são utilizadas para manter a dominação.

Essas práticas fazem parte de heranças do sistema patriarcalista e do coronelismo do período de formação colonial brasileira e são expressas nos dias atuais a partir de ações políticas movidas por interesses pessoais do líder, que privilegia determinado indivíduo, em troca do seu voto, fidelidade e apoio material que dá vantagens ao grupo político no campo de concorrência eleitoral, é, por tanto, uma aliança de benefício mútuo (Monteiro, 2016).

Essa dinâmica ilustra a “autoridade burocrática”, onde a legitimidade do poder se baseia em cargos ou posições formalmente instituídas, que no contexto familiar, são representadas por João Henrique e sua esposa Edna, ambos ocupando cargos públicos.

Monteiro (2016) esclarece que essa é uma característica comum dos quadros políticos da Paraíba, fazendo com que essas famílias monopolizem o poder e reproduzam suas formas de dominação política por gerações, instituindo-se como uma força política tradicional do município.

Isso reflete a continuidade de um poder familiar, onde a autoridade se perpetua por meio da transferência de cargos e posições, uma característica típica da “autoridade burocrática”.

Essa continuidade política entre gerações evidencia a dinâmica de poder familiar e a transmissão de capital político-familiar, um conceito que se alinha ao que Monteiro (2016) chama de “força tradicional”, onde as relações de parentesco e os laços familiares são utilizados como recursos sociais para sustentar e perpetuar a dominação política.

Como abordado ao longo da pesquisa, Monteiro (2016) explica que um candidato precisa ter “capital político-familiar”, para poder obter êxito na disputa eleitoral. Ele define esse conceito como a associação entre os capitais econômico, social e cultural, presentes na teoria de Bourdieu, além de um domínio sobre heranças materiais e simbólicas de um determinado grupo. Nesse sentido, esse tipo de capital político-familiar se constitui como uma “força tradicional” dos grupos políticos brasileiros que compõem os espaços do executivo e legislativo dos pequenos municípios.

Uma vez que, analisando a transmissão e manutenção do poder da família Henrique, com base na entrevista com a Sra. Edna Henrique descrita na seção anterior, revela a importância de estratégias que envolvem afetividade, redes de apoio e sucessão familiar.

Essa noção reflete a forma como a “força” se manifesta na política familiar, onde as conexões pessoais e familiares se traduzem em poder e influência, fundamental para a construção de uma base eleitoral sólida.

Tomado como definição aqui para força tradicional, toda estrutura de poder que descende de heranças das oligarquias, do patriarcalismo, do patrimonialismo e das relações clientelistas; onde a dominação se dá pela relação tradicional de mando entre o senhor (o líder) e o súdito (aquele que o obedece) que o seguem uma tradição institucionalizada, seja por laços tradicionais relacionados à dominação familiar patriarcal ou pela tradição burocrática instituída por um conjunto de leis (Weber, 1999; Ferreira, 2001). De qualquer modo, o conceito capital político-familiar proposto por Monteiro (2016) introduz a ideia de que as redes de parentesco podem se converter em um recurso social para a constituição de grupos políticos regionais.

Assim, diante desse cenário, pode-se afirmar que agentes políticos possuem influência porque as relações de pessoalidades formadas entre esses líderes e o eleitorado os tornam grandes nomes na construção do jogo político das cidades do interior, fazendo com que eles se perpetuem no poder por décadas (Monteiro, 2016).

Há de ressaltar que um aspecto central na manutenção do poder da família Henrique é o discurso de proximidade afetiva. Edna Henrique enfatiza o papel do

“amor” e do “carinho” como elementos fundamentais para conquistar o apoio popular. Esse discurso de afetividade política cria uma conexão emocional com os eleitores, estabelecendo uma liderança baseada em confiança e proteção. A família Henrique se posiciona como uma liderança paternalista, usando as relações pessoais e o vínculo emocional com a população para sustentar sua legitimidade no poder.

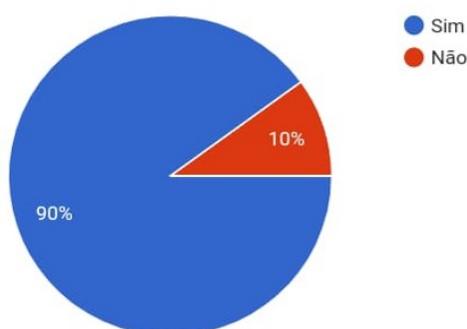
Com base na trajetória da família Henrique e na entrevista realizada com a sra. Edna, é possível notar como o poder se apresenta nessas relações no contexto familiar, cenário que reflete claramente o posicionamento de Max Weber, conforme pontuado em alguns momentos nesse texto. A autoridade tradicional pode ser enquadrada quando a Sra. Edna se refere ao “amor” e ao “carinho” em sua relação com os eleitores exemplifica como a autoridade carismática é também crucial nessa dinâmica.

E no tocante a autoridade burocrática, é demonstrada na estrutura que a família construiu ao longo dos anos. O fato de que João e Edna Henrique ocupem ou tenham ocupado cargos públicos legítimos não só proporciona uma base sólida para o exercício do poder, mas também legitima suas ações políticas aos olhos do eleitorado. Essa relação de poder é sustentada por uma estrutura organizacional e legal, alinhada ao sistema político, o que Weber considera fundamental para a manutenção da ordem social.

4.3 QUESTIONÁRIO

Foi realizado uma pesquisa através de um questionário com 3 perguntas, com o objetivo compreender a influência da família Henrique na política local, utilizando um questionário composto por três perguntas. As respostas foram coletadas de dez pessoas da comunidade e refletiram a percepção de uma parte da população sobre o papel e a relevância dessa família no cenário político da cidade.

A primeira pergunta abordou se os entrevistados acreditavam que a família Henrique desempenhou um papel relevante na política de Monteiro nos últimos anos. Os resultados mostraram que 90% dos participantes responderam positivamente, enquanto apenas 10% afirmaram que não. Essa forte concordância indica que a população reconhece a presença e a importância da família Henrique nas dinâmicas políticas contemporâneas de Monteiro.

Gráfico 1 – Relevância da família Henrique na política de Monteiro

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Segundo Neto (2020) faz parte do processo democrático o debate, o contato com os eleitores, a conversa mais próxima, as caminhadas e carreatas, mesmo em tempos de internet. As eleições municipais têm uma dinâmica política e social muito peculiares e importantes para o curso da democracia”.

Assim, é relevante ressaltar que as relações sociais em municípios do interior tendem a ser mais intensas, uma vez que todos se conhecem, o que favorece interações mais próximas e pessoais entre os indivíduos (Prado, 1995). Neste sentido, os fatores emocionais ou os laços familiares se sobressaem sobre a percepção racional do eleitorado no momento de escolha dos seus líderes porque eles estabelecem uma espécie de relação de confiança com o candidato.

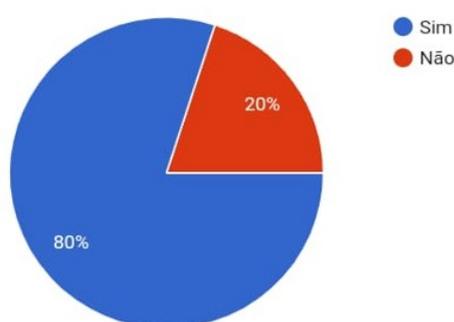
Outro fator importante, no tocante a transmissão do poder, é a utilização de redes políticas locais e alianças estratégicas. Edna Henrique menciona a importância das alianças com lideranças locais e prefeitos, o que evidencia como a família consegue manter sua influência através de uma rede de apoiadores políticos que transmitem as demandas da população. Essas alianças, baseadas na confiança mútua, são fundamentais para perpetuar o poder da família no cenário político.

A sucessão política dentro da família é outro elemento fundamental também. Com a morte de João Henrique, o filho Michel assumiu o lugar do pai, um movimento que, segundo Edna, ocorreu com o apoio familiar e de amigos próximos. Essa sucessão reflete a maneira como o poder político se mantém dentro da família, transferindo-se de uma geração para outra, sem romper com os valores e as estratégias que garantiram a consolidação da família na política local.

Assim, a transmissão do poder na família Henrique em Monteiro – PB é marcada pela combinação de afetividade, redes de apoio político e sucessão familiar. Essa dinâmica fortalece a continuidade do poder, permitindo que a família Henrique permaneça como uma força política influente no município.

A segunda pergunta do questionário explorou a opinião dos entrevistados sobre a influência dominante da família Henrique na política local. Neste caso, 80% dos entrevistados responderam que sim, enquanto 20% disseram que não. Essa percepção reflete a visão da população de que a família não apenas participa, mas também ocupa uma posição central nas decisões políticas do município:

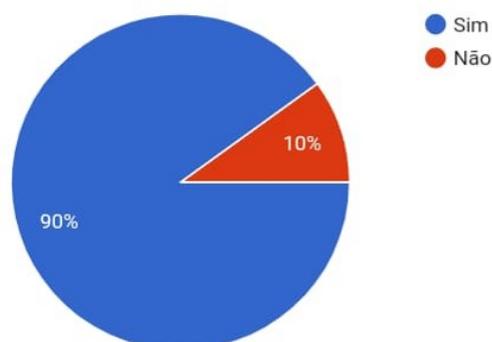
Gráfico 2 – Influência dominante da família Henrique na política local



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A terceira e última pergunta indagou se a família Henrique influencia a decisão dos eleitores nas eleições locais. Novamente, 90% dos entrevistados afirmaram que sim, enquanto 10% responderam que não. Esse resultado reforça a ideia de que a influência da família Henrique nas eleições é significativa e que a população acredita na capacidade da família de moldar as decisões eleitorais, o que está em consonância com as práticas de clientelismo e vínculos afetivos discutidos anteriormente.

Gráfico 3 – Influencia da família Henrique na decisão dos eleitores nas eleições locais



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A análise dos dados obtidos revela uma clara percepção da população sobre a continuidade do poder da família Henrique, que se alinha com as teorias de capital político-familiar. A influência da família é sustentada por um patrimônio simbólico de capital político que é transmitido de geração para geração, destacando a importância de heranças sociais e políticas que fortalecem sua posição no cenário local.

Além disso, a pesquisa indica que a dimensão emocional desempenha um papel crucial nas relações políticas estabelecidas pela família Henrique. A ênfase que Edna Henrique dá ao “amor” e “carinho” como elementos fundamentais para conquistar o apoio popular sugere que a conexão afetiva com os eleitores é uma estratégia eficaz para garantir a fidelidade e o suporte necessário nas eleições. Essa abordagem emocional, que se traduz em uma liderança paternalista, permite que a família Henrique construa uma relação de confiança com a população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou sobre o Poder Político à luz da família Henrique do Município Monteiro que fica a 319 quilômetros de João Pessoa, está localizado na Microrregião do Cariri Ocidental ao sul do Estado da Paraíba, investigando os aspectos históricos da dessa família e compreender sua influência política. Ao encerrar a presente pesquisa, faz-se necessário tecer algumas considerações acerca dos pontos mais relevantes no decorrer dos capítulos expostos anteriormente, quanto a sua discussão e seus resultados obtidos.

Concluído o estudo monográfico realizado e relatado ao longo desta pesquisa, é possível que a trajetória política da família Henrique demonstra como a transmissão e manutenção de poder em situações regionais podem ser sustentadas por uma combinação de estratégias afetivas e alianças políticas.

Constatou-se, por conseguinte, com a análise da entrevista com Edna Henrique revela que a família utilizou um discurso de proximidade emocional e liderança paternalista para consolidar sua legitimidade política, enquanto a construção de alianças e a adaptação a crises pessoais foram cruciais para a continuidade de seu domínio.

Portanto, constata-se como estratégia utilizada pela família Henrique mostra que o poder político familiar é mantido não apenas por mecanismos tradicionais de influência, mas também por uma narrativa cuidadosamente construída de compromisso emocional e integridade pessoal. Essa combinação de fatores permite que a família não apenas mantenha sua posição de liderança, mas também resista a desafios externos e se adapte a novas realidades políticas e sociais.

Como perguntas norteadoras, foram determinadas: (1) como se dá a transmissão, manutenção ou rompimento do poder político da família Henrique no município de Monteiro (PB)? (2) E quais são suas implicações? Nas quais foram discutidas alcançando o objetivo do trabalho. A primeira, sobre a transmissão do poder político na família Henrique, ocorre principalmente através da herança política. Conforme relatado na entrevista com Edna Henrique, a transição do poder acontece de maneira planejada, com a escolha de um sucessor dentro da própria família para ocupar cargos políticos relevantes.

E no caso da família Henrique, essa transmissão é facilitada pelo uso de narrativas afetivas, como o legado e os valores deixados pelos antecessores, que criam uma legitimidade social para a continuidade da liderança familiar. O fato de Michel

Henrique assumir a posição de liderança após o falecimento de seu pai é um exemplo claro de como a transferência de poder é percebida como uma continuidade natural do legado familiar.

Por fim, quanto as implicações do domínio político da família Henrique em Monteiro podem ser diversas. A continuidade no poder pode limitar a renovação política e a representação de interesses mais diversos na comunidade, consolidando um cenário de concentração de poder e reduzindo a competição democrática. Por outro lado, a manutenção do poder pode também trazer estabilidade política e administrativa, considerando a experiência e o conhecimento prévio que os membros da família possuem sobre a gestão pública. Há de ressaltar que a sra. Edna disse que buscou esse conhecimento para a gestão.

Desta forma, a elaboração desta pesquisa foi considerada satisfatória, vez que proporcionou um maior estudo sobre o Poder Político da Família Henrique. Assim, encerra-se a presente investigação com o entendimento de que os objetivos pretendidos foram devidamente alcançados.

REFERÊNCIAS

- BICHIR, Maíra Machado. A questão do Estado e do Poder Político na Tipologia de Bambirra. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.14, n.1, p. 166-191, abr. 2022.
- BUENO, Roberto. Democracia ou oligarquia? O controle invisível da política. *Tempo Social*, **Revista de Sociologia da USP**, v. 29, n. 1, 2017.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Resultados das eleições no período de 2004/2020**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/>. Acesso: abril de 2023.
- CAMPOS, Juliano Bitencourt *et al.* **Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente**. Curitiba: Multideia, 2015.
- CANTARELLI, Margarida. Poder, Política e Direitos Humanos. **Revista Acadêmica**, Vol. 85, N.1, 2013.
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº1, 2003, pp. 153 a 193.
- COMPARATO, Fábio Konder; FILHO, Calixto Salomão. **O poder de controle na sociedade anônima**. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2014.
- CUNHA, Paulo Ferreira da. **Teoria geral do Estado e ciência política**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª. ed. Globo, 2001.
- FERRERI, Sônia Campaner Miguel *et al.* **Filosofia política**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria geral do estado e ciência política**. 3. ed. Barueri, SP: Atlas, 2023.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.
- MARIANO, Serioja R. C. As redes familiares na Paraíba: política e administração (1825-1840). **Simpósio Temático 20: Sociedade e Cultura no Século XIX - O Nordeste em Perspectiva**, 2010.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 7a ed., João Pessoa/PB: A União, 2002.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político – familiar**. São Paulo: LiberArs, 2016.
 NETO, Martinho Guedes dos Santos; SANTOS, Shslayder Lira dos. **Elites políticas e partidárias na Paraíba do século XX**: subsídios teóricos e metodológicos – encaminhamentos introdutórios de pesquisa. Artigo Disponível em: https://www.uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/298-31265-04052017-202638.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). **Elite intelectual e debate político nos anos 30**: uma bibliografia comentada. Rio de Janeiro: FGV; Brasília: ANL, 1980.

PRADO, Rosane Manhães. **Cidade Pequena**: paraíso e inferno da personalidade (p.31-54). Cadernos de antropologia e imagem/universidade do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia e imagem - N.1 – (1995)-Rio de Janeiro: UERJ, NAI, 1995.

Prefeitura Municipal de Monteiro. **História**. Disponível em: <https://www.monteiro.pb.gov.br/historia/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

RAFAEL, Eusilene Maria. **A representação midiática de Monteiro como “cidade de cultura”**: identidade e patrimônio cultural. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, 2011.

RIBEIRO, Isolada Lins. Patrimonialismo e personalismo: a gênese das práticas de corrupção no Brasil. *In: Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI*. Fortaleza – CE, 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **História da Política**. Edição. v. 15 n. 42, 2001.

SANTIN, Janaina Rigo; NASCIMENTO, Anna Gabert. **Patrimonialismo na gestão pública**: o caso do Brasil. Ano 5, nº 6, 1157-117, 2019.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Laços de sangue, posicionamentos opostos: considerações sobre as trajetórias dos irmãos Heráclito e Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro (Paraíba e Rio Grande do Sul, primeiras décadas do século XX). **Dimensões**, v. 44, jan.-jun. 2020, p. 179-210.

SILVA, Antonio Ozaí. O que é Poder Político? **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, mar./ 2018. ano XVII.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.